

**ARQUIVANDO CONCEITOS: METODOLOGIAS EM REVISTA****Fernando Floriani PETRY\***

**Resumo:** Esse artigo se propõe a discutir duas diferentes metodologias de pesquisa em Periódicos. Pretendo estabelecer alguns elementos de comparação entre o Roteiro de Pesquisa em Periódicos, do projeto de pesquisa em periódicos coordenado por José Aderaldo Castello, no Instituto de Estudos Brasileiros, USP e a metodologia de indexação do projeto *Poéticas Contemporâneas*, desenvolvido nas dependências do Núcleo de Estudos Literários e Culturais, UFSC. Verificarei como as diferentes compreensões das noções de Arquivo, Periódico, Objeto imbricam leituras e análises diversas em cada um dos projetos.

**Palavras-chave:** Arquivo. Metodologia. Periódicos. IEB. Poéticas Contemporâneas.

**ARCHIVING CONCEPTS: METHODOLOGIES IN REVIEW**

**Abstract:** This article aims to discuss two different approaches to research in journals. I intend to draw comparisons between the "Roteiro de Pesquisa em Periódicos" – the periodic research project – coordinated by Jose Aderaldo Castello at the Institute of Brazilian Studies – the IEB, University of Sao Paulo – USP, and the methodology for indexing periodicals of the Contemporary Poetics Project developed at the Center for Literary and Cultural Studies, Federal University of Santa Catarina – UFSC. I will verify how the different understandings of the notions of Archive, Periodical, and Object overlap the numerous readings and analyses in each one of these projects.

**Keywords:** Archive. Methodology. Periodic. IEB. Contemporary Poetics.

De um outro ponto de vista: utilizamos sempre uma régua para medir rectas e um transferidor para  
medir ângulos.

Experimenta trocar: a régua para medir ângulos e o transferidor para medir rectas.

Chegarás a resultados diferentes. Serão resultados falsos?

Eu não diria isso. Seria mais cauteloso. Diria que são resultados diferentes.

*Breves notas sobre ciência.* Gonçalo M. Tavares

Réguas medindo ângulos, transferidores medindo retas. Esse breve artigo é resultado de minha dissertação de mestrado, intitulada *O cão e o frasco, o perfume e a cruz:*

---

\* Mestre em Literatura Brasileira - Doutorando – Programa de Pós-graduação em Literatura – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário – Trindade, CEP: 88040-970, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: [ferpetry@terra.com.br](mailto:ferpetry@terra.com.br)

*arquivo Rosa-Cruz em revista*. Proponho, neste artigo, uma análise das diferentes metodologias de pesquisa do projeto de pesquisa em Periódicos do IEB (iniciado em 1967, com sua última defesa de tese em 1986) e do projeto *Poéticas Contemporâneas* (doravante *Poéticas*) do NELIC, iniciado em 1996 e, atualmente, em sua sexta edição. Apresento, aqui, parte das discussões desenvolvidas, principalmente no que concernem às metodologias e às diferentes compreensões das noções de pesquisa, indexação, arquivo, periódicos.

As diferentes metodologias de pesquisa em periódicos adotadas pelo *projeto do IEB* e pelo *Poéticas* se propõem a diferentes trabalhos, com diferentes objetivos e produzindo resultados ainda mais diversos. São resultados falsos? Não diria isso. Diria que são resultados diferentes. O trabalho desenvolvido dentro do IEB foi fundamental para a pesquisa com periódicos no Brasil. Já a proposta do *Poéticas*, em um momento muito diverso, se abre para outras direções, com outros olhares e perspectivas. Repetir hoje o trabalho do IEB seria ignorar os 40 anos de pesquisa em periódicos no Brasil; ignorar novas abordagens e concepções de noções fundamentais para pesquisa; seria ignorar, sobretudo, o próprio trabalho do IEB, que, embora seja datado, ainda deixa vestígios em nossos trabalhos posteriores.

### **Revisitando o projeto do IEB: metodologia e roteiro de pesquisa**

O projeto do IEB, coordenado por Aderaldo Castello, baseou seus trabalhos em um roteiro de pesquisa elaborado pelo pesquisador a fim de orientar e prover de uma metodologia as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos periódicos. Assim sendo, o pesquisador desenvolveu dois roteiros<sup>1</sup>, um de pesquisa nos periódicos, outro de entrevistas a fim de nortear os trabalhos. O primeiro é dividido em seis partes: 1) Levantamento bibliográfico; 2) Leitura e fichamento de bibliografia; 3) Elaboração das fichas de leitura; 4) Leitura e fichamento do periódico; 5) Leitura e fichamento das obras dos integrantes do grupo ou do autor; 6) Esquema básico para o desenvolvimento da monografia sobre o periódico. Nota-se, já de partida, que a proposta do IEB era elaborar um *raio-x* completo do periódico e de tudo que gravitava em torno dele, seus autores ou grupos, seus colaboradores. Verifica-se, também, que até mesmo a produção da monografia era padronizada, havendo um esquema básico que determinava o *modus operandi* do pesquisador. Além disso, observa-se que o periódico *em si* só merece espaço em uma das seis etapas do roteiro... Como então pode ser essa metodologia chamada de roteiro de pesquisa em *periódicos*?

Cada uma das etapas era dividida de acordo com a pesquisa. Inicialmente, havia um trabalho de levantamento bibliográfico que envolvia a pesquisa com fontes básicas ou

primeiras, um estudo do período, do estilo e do movimento em âmbito nacional e um levantamento bibliográfico do “grupo” ou do “autor”.

Se lembrarmos das dificuldades e limitações de pesquisa bibliográfica no período<sup>2</sup>, somente esse primeiro ponto já se mostrava homérico. Era necessário definir o periódico a ser trabalhado, levantar uma bibliografia geral que delimitasse as demais bibliografias. Ou seja, antes mesmo de “entrar” no arquivo *periódico*, o pesquisador que seguisse o roteiro do projeto do IEB já deveria apresentar um arquivo fechado de bibliografias sobre o periódico. Assim, se somente no quarto item do roteiro aparece o periódico estudado, resta a pergunta: Sobre o que o pesquisador teria que fazer um levantamento bibliográfico? Sobre o periódico? Sobre o autor ou os autores, sobre o grupo responsável pelo periódico? E como proceder a um levantamento bibliográfico do “grupo” ou do “autor” se a leitura da revista a fim de mapear esse “grupo” ou “autor” está somente no quarto item do roteiro? Ou seja, a fim de responder a todas essas perguntas e a fim de ter seu pleno funcionamento, o roteiro de pesquisa do projeto do IEB demanda, em si mesmo, a sua não obediência. É preciso, no mínimo, mudar a ordem do roteiro para realizar cada uma das suas tarefas. Ou então, acrescentar uma etapa zero, a de conhecer e pré-mapear o periódico.

O segundo ponto do roteiro de pesquisa é o de leitura e fichamento da bibliografia, um desdobramento direto do primeiro. Esse ponto apresenta uma divisão bastante problemática da bibliografia: geral (ou seja, universal), brasileira e específica sobre o “grupo” ou o(s) autor(es).

As primeiras etapas referem-se, portanto, a um trabalho inicial de mapeamento do que gravita em torno do periódico. Nessa intenção, soma-se a terceira parte do roteiro, que visava à elaboração das fichas de leituras informativas acerca do “Movimento”, das suas ideias estéticas, suas críticas, seus autores e suas relações com o periódico pesquisado.

Vê-se, assim, que o roteiro do IEB prevê, antes de qualquer trabalho com o periódico *em si*, um mapeamento complexo de diversos itens da pesquisa. Seguir esse roteiro já nos dá estrutura e argumentos suficientes para elaborar qualquer trabalho de pesquisa com qualquer periódico. Mas é importante notar que o periódico *em si* está aqui estabelecido apenas como um *objeto*, ou melhor, algo como um livro coletivo, algo que pode ser comparado a um rol de textos, publicações de diferentes autores ou de um grupo, uma vez que a própria leitura do periódico ainda não foi contemplada pelo roteiro. As possíveis relações estabelecidas dentro do próprio periódico não aparecem nesses três primeiros passos do roteiro de pesquisa. Nem mesmo no quarto, dedicado exclusivamente ao *livro* de estudos.

A quarta etapa do roteiro visa à elaboração da indexação do periódico. Primeiramente, deve-se elaborar a ficha de caracterização, apresentando os seguintes dados: título, duração (ano), periodicidade, redatores ou responsáveis pela publicação,

colaboradores (em ordem alfabética) e conteúdo (as seções da revista). Quanto às seções, o roteiro prevê a divisão em: colaborações (ou seja, artigos), noticiário, resenhas e bibliografia crítica. Cabe ainda nessa ficha observações de natureza gráfica, como formato, corpo, mancha, tipo gráfico ou demais dados relevantes; além de comentários gerais do pesquisador.

Depois de elaborada a ficha de apresentação, o pesquisador deve iniciar a indexação do periódico pela ficha matriz, a qual deverá constar (nota-se que há uma ordenação gráfica valendo-se de maiúsculas, aspas, itálico): NOME, Pré-nome, “título do artigo”, in NOME DA REVISTA, Local, tipográfica, mês, ano, Tomo ou Volume, Número, páginas. Logo em seguida, passa-se para a ficha de assunto, a qual deverá constar a classificação da entrada de acordo com as suas seções. Se classificado como “prosa crítica”, “história literária” ou “ensaio”, a ficha deve apresentar: resumo, transcrição parcial da matéria, transcrição total da matéria em caso de manifestos. Quando classificada como “poesia” ou “ficção”, deve-se, quando édito, verificar e registrar variantes; ou, quando inédito, transcrever a composição ou recomendar a transcrição. Nota-se que a estruturação das seções é diferente na ficha de caracterização, o que gera ainda mais confusão com o roteiro, não sendo possível afirmar qual das duas deverá ser seguida.

As fichas podem ser divididas, portanto, em dois tipos. O primeiro é uma ficha do periódico, dando conta de elementos que não variam página a página. Eles são tidos a partir de um macro dentro do universo do periódico. Podemos ter diferentes direções durante o período de publicação, mas esses elementos não variam de acordo com as colaborações, nem de acordo com as seções. O segundo tipo de fichas é a de colaboração, que se situa dentro do espaço micro. Nessas fichas temos elementos mutáveis: colaborador, título do artigo, seção. Porém, o número reduzido de seções pode acarretar em uma limitação de implicações importantes no estudo do periódico. Além disso, quais seções levar em conta? As da ficha de caracterização ou as da ficha de assunto?

Assim, o roteiro para a elaboração de fichas de leitura a partir da leitura do periódico corrobora com a visão de que o periódico opera, dentro do projeto do IEB, apenas como um *objeto*, um dado morto, um arquivo fechado. Os elementos elencados, os dados a serem levantados não encaminham a nenhum tipo de comparação, cotejamento com outros aspectos e elementos do periódico ou o cotejamento com outros periódicos.

À indicação de apontar outras características peculiares cabe o trabalho filológico de análise documental de arquivo, das condições de publicação, impressão, papel, mancha do periódico. Essas características podem passar despercebidas em alguns periódicos, mas são sempre sintomáticas, uma vez que podem definir as condições técnicas de produção. Uma revista ricamente ilustrada no início do século XX, quando os domínios gráficos da tipografia no Brasil ainda não eram totalmente desenvolvidos, traz implicações para a leitura

a ser dela realizada, como Antonio Dimas (1983) nota muito bem em seu estudo acerca da revista *Kosmos*. Assim como os formatos, os tipos de impressão podem ajudar a definir os custos de produção de um periódico, influenciando nas leituras de grupo, apoios, público leitor etc. Uma revista de alto custo, de grande tiragem pode, por exemplo, contar com financiamento público ou apoio privado, o que, por sua vez, pode influenciar nas decisões editoriais, gráficas, ou relevar relações entre grupos ou autores não explícitas na revista em si, no *objeto*. Esses dados auxiliam, por exemplo, na distinção sempre problemática entre as “revistas literárias” e as “revistas de mercado”; porém, são dados que o pesquisador deve julgar relevantes, não havendo nenhum tipo de suporte por parte do roteiro.

Também é sintomática a existência ou a ausência de textos manifestos, de tipos de poesia, de diferentes produções dentro da revista, em seus diversos números. Por exemplo, uma das seções não previstas no roteiro, é a de editorial. A existência ou não de editoriais pode revelar diferentes leituras do periódico. É por meio do editorial que se pode reconhecer o manifesto de um grupo, um posicionamento político, literário ou cultural. Como exemplo, uma revista de resistência política durante a ditadura que exponha suas diretrizes no editorial. Essa revista não pode ser lida com as mesmas estratégias de uma revista oficial da época. Ou mesmo uma revista de resistência que não apresente um editorial, em uma tentativa de fugir dos censores, por exemplo. São diversas as leituras possíveis que definem a compreensão do periódico com base nesses elementos. Ao roteiro de pesquisa do projeto do IEB faltaria, portanto, a maleabilidade necessária para as adaptações que o próprio arquivo impõe ao pesquisador<sup>3</sup>.

Findado o trabalho com o periódico *em si*, o roteiro avança para a sua quinta etapa, a de leitura e fichamento das obras dos integrantes do “grupo”. Dividida entre o fichamento das obras dos integrantes do “grupo”, entrevistas com remanescentes e com contemporâneos, essa etapa afasta-se do periódico, tomando-o apenas como elemento aglutinador de autores. Grosso modo, não há diferenças entre o periódico – para o roteiro do projeto – e um livro coletivo, uma coletânea de grupo ou algo que congregue alguns autores.

Realizadas, portanto, as cinco etapas, o pesquisador – teoricamente – estaria apto para desenvolver sua monografia. Como estruturação, o roteiro prevê cinco capítulos, divididos em: apresentação da revista; origens (composição do “grupo”); ideias críticas e estéticas (no próprio periódico); realizações do “grupo” (no próprio periódico); destino.

Assim, realiza-se um trabalho “completo” sobre o periódico. Enquanto descrição de um *objeto*. Vale notar que o projeto do IEB apresenta uma leitura do que é *objeto* diferente da leitura de *objeto* do *Poéticas*, como apresentarei adiante. Em verdade, compreendo que o roteiro de pesquisa proposto pelo projeto do IEB não prevê uma leitura do periódico enquanto função ativa de arquivo, e por função ativa de arquivo entendo a possibilidade de o periódico dizer algo, ter voz ativa dentro da compreensão de movimento, estética, grupo,

período. O periódico enquanto *arquivo*, a partir do qual se pode estabelecer correspondências diversas com outros grupos, outros autores, outros períodos, e também com outros periódicos. Enquanto meramente descrição de um *objeto*, o periódico serve apenas como veículo de ideias ou críticas de um determinado grupo, as quais poderiam prescindir do próprio periódico, podendo ser reunidas em um livro coletivo, em qualquer outro suporte. A noção de *objeto* que entendo, valendo-me do projeto do IEB, é de um objeto congelado, morto, finalizado.

Posso, enfim, resumir essa análise em uma só afirmativa: o roteiro de pesquisa do projeto do IEB ignora um fator essencial para um periódico: o tempo. A relação do periódico com o tempo é não só essencial como imprescindível. Um periódico necessita ter um caráter temporal para ser considerado um periódico. Caso contrário, pode ser considerado um livro coletivo, uma obra de um grupo, mas nunca um periódico. Afinal, o tempo é parte integrante de seu próprio nome.

Constata-se, também, que o roteiro do projeto do IEB se propõe a trabalhar em um determinado tipo de periódico, muito mais específico. Ao pressupor a existência de um grupo ou de um autor, o roteiro exclui de seu alcance periódicos institucionais, ou com um caráter mais mercadológico, ou ainda periódicos culturais, como, por exemplo, a *Revista do Livro*. O periódico institucional, por exemplo, por estar ligado a uma instituição, não possui um grupo único específico, nem está ligado a um movimento literário. Por estar vinculado a um Instituto, o seu corpo editorial sofre variações, assim como os textos publicados variam de acordo com os diferentes corpos editoriais que o controlam. Assim, o roteiro do projeto do IEB se propõe a trabalhar apenas com periódicos literários, resultantes de um determinado grupo ou estética, restringindo o seu campo de atuação, por uma força de arquivo. O roteiro de pesquisa visa “dar conta” dos periódicos do acervo Mário de Andrade. Talvez seja por isso que a própria leitura dos periódicos tenha sido delegada somente ao quarto item, uma vez que todos os periódicos já estavam mapeados, determinados. Já eram todos, de antemão, conhecidos.

Assim, o roteiro lida com um grupo muito específico de periódicos, não sendo suficiente para o estudo de periódicos editados durante a ditadura, por exemplo. Ou de uma leitura transversal de periódicos de diferentes estéticas, diferentes grupos, de épocas distintas. De outra monta, não posso negar que o projeto do IEB produziu trabalhos fundamentais para a historiografia do periodismo brasileiro, sem os quais talvez o projeto *Poéticas* não seja possível. Ou teria, ao menos, uma feição completamente diferente.

### **O projeto *Poéticas Contemporâneas* e sua base de dados – metodologia de indexação**

A metodologia de indexação de periódicos do projeto *Poéticas* foi pensada com base na necessidade de se criar um sistema de catalogação e organização de informações básicas do acervo de periódicos do NELIC. Assim, o projeto adaptou a metodologia de indexação do programa *Micro-ISIS* ao trabalho com periódicos. O programa, desenvolvido em 1985 e mantido até hoje pela UNESCO, é utilizado no tratamento genérico de informações cujo principal código seja não numérico, ou melhor, seja textual. Adotado principalmente no gerenciamento de bibliotecas e acervos, o programa foi o primeiro testado e usado na proposta de indexação de periódicos do projeto *Poéticas*. O NELIC contou com a assessoria e o treinamento da professora do departamento de Ciências de Informação Úrsula Blattmann, para adaptar o programa às intenções do projeto.

Porém, após o uso do programa e a reconhecida insuficiência para as necessidades do projeto, optou-se por desenvolver um banco de dados com base no sistema Access. Da experiência com o *micro-ISIS* restaram algumas nomenclaturas adotadas pela metodologia de indexação, tais como *vocabulário controlado*, *colaborador*.

Assim, diferente do que ocorre com o roteiro do IEB, o *Poéticas* tem por base do trabalho de pesquisa em periódicos o cotejamento. De início, uma diferença fundamental entre as propostas é: a metodologia do projeto do NELIC, ao contrário da do projeto do IEB, não visa dar conta do periódico em si, por completo. É apenas uma ferramenta de indexação de periódicos que visa produzir dados auxiliares à pesquisa. A indexação dos periódicos estudados pelos pesquisadores e alunos do NELIC é realizada nesse banco de dados, o qual gerencia diversos campos a serem preenchidos e controlados.

Alguns dos grandes ganhos adquiridos com a informatização da pesquisa com periódicos é um gerenciamento mais eficiente das fichas de leitura, as produções de relatórios de indexação tomando-se por base um ou mais periódicos, a produção dos relatórios estatísticos de colaboração em um ou mais periódicos; além da possibilidade de cotejar mais periódicos, por período, título, colaboradores, ano, cidade, editora etc.

Como o projeto se propôs, inicialmente, a mapear periódicos culturais e/ou literários que circulam ou circularam no Brasil a partir da década de 1970, o banco de dados foi projetado com base em sua principal função, cotejar. Cotejar a fim de cumprir o principal objetivo do projeto: “através da análise deste material, estudar a produção cultural contemporânea, procurando detectar linhagens poéticas, releituras da tradição literária, construção e desconstrução de cânones” (CAMARGO, 1996, p.05).

Assim, foi necessário desenvolver uma metodologia de indexação bastante rigorosa para alimentar o banco de dados, afinal, era preciso adotar padrões de comparação entre os diversos periódicos. Apresento a metodologia de indexação e intervenho na explanação de alguns dos campos. Essa versão da metodologia – com maior riqueza de explicações – foi aprovada pelos pesquisadores do NELIC e passa a ser a versão de consulta do núcleo. É

importante destacar, portanto, que a autoria da metodologia não é minha, apenas reorganizar a sua apresentação.

Para preenchimento da primeira parte da ficha de indexação temos os campos:

Ordem de exibição: indica a ordem dos textos catalogados, ou o sistema de numeração das fichas que no IEB era, inclusive, realizado a lápis, a fim de reorganizar, caso necessário.

Idioma: campo que pode ser preenchido com as siglas apresentadas na base: POR português, ITA italiano, ESP espanhol, FRA francês, ALE alemão, RUS russo, ING inglês, GRE grego, CAT catalão, de acordo com a língua do artigo indexado. Há duas entradas para este campo, visto que determinados textos são acompanhados da tradução.

Entidade coletiva: campo a ser preenchido com o nome da revista quando o texto está sob sua responsabilidade. Ou seja, se não aparecer autor colaborador. É o caso de muitas apresentações ou editais.

Título do artigo: campo destinado ao título do artigo que está sendo catalogado (com letra maiúscula somente na primeira palavra). Em caso de vários títulos agrupados por um, prepondera o título geral. Nos casos em que o título geral não figura, indexar os títulos separados por barra (/).

Subtítulo do artigo: além de subtítulos, este campo é usado para colocar as informações bibliográficas das resenhas indexadas. Estes dados devem vir entre parênteses e o título da obra entre aspas, visto que não é possível utilizar nem negrito nem itálico.

Páginas: corresponde ao intervalo de número das páginas que o artigo ocupa; ex: p. 11-13.

Vocabulário controlado: campo preenchido com o tipo de artigo catalogado, com base em um elenco preestabelecido. O campo Vocabulário controlado é preenchido com a “tipologia” dos textos. Este item merece uma explanação mais detalhada, visto que demandou um aprofundamento teórico de conceitos que discriminam determinados tipos de textos. É importante salientar que a escolha desses termos foi pautada em um estudo da diversidade de textos e rubricas dos periódicos, então, procurou-se eleger algumas tipologias que dessem conta da volumosa variedade classificatória que constava nas revistas. No intuito de possibilitar o cruzamento dos dados, optou-se pela adoção de um mesmo princípio de classificação para os textos de todos os periódicos, ainda que seja possível, durante o processo, a revisão e a inserção de alguma “nova” tipologia, caso o arbitrário princípio não dê conta de algum artigo.

Nome pessoal como assunto: campo preenchido somente quando o texto se refere a um(a) determinado(a) autor(a). O nome indexado neste campo também deve figurar como autor citado, visando facilitar as pesquisas.

**Autores colaboradores:** para indicar autor(es) responsável(veis) pelo artigo. No caso das entrevistas, o nome do entrevistado e do(s) entrevistador(es) devem constar. Caso não haja o nome do entrevistador, por convenção, esse deve ser atribuído ao periódico, por meio do campo Entidade Coletiva.

**Palavras-chave:** para cada texto são apontadas, no máximo, seis palavras-chave retiradas da listagem do banco de dados. (Ex: literatura, cultura, Brasil, sociologia).

**Autores Citados:** campo no qual são inseridos todos os autores citados no decorrer do artigo. Esse campo utiliza-se da mesma lista de autores gerenciada no campo Autores Colaboradores, a fim de não se criarem duplas entradas.

**Tradutor:** campo para se indicar o nome do tradutor, se houver. Caso o texto seja traduzido, mas o nome do tradutor não figure no texto, consta sem crédito, com vistas a evitar distorções na pesquisa.

**Resumo:** campo para se redigir um pequeno resumo ou descrição dos textos catalogados, com o limite máximo de 10 linhas. Caso se mencione algum nome de obra, também utilizar as aspas. Alguns pesquisadores notaram a necessidade de complementar o resumo com informações extras sobre as colaborações como, por exemplo, se o artigo é dedicado a algo ou alguém, se é uma republicação ou um inédito. Adotou-se, portanto, o uso dos colchetes [...] para informações inseridas pelo pesquisador.

**Iconografias:** deve ser preenchido quando houver iconografias, de acordo com uma lista pré-definida de tipos, a saber: cartografia, fac-símile, foto, fotograma, gráfico / tabela, HQ / Charge, ilustração, publicidade e reprodução. Deve conter também as informações de título, autoria, data em sua descrição.

**Observações:**

Em função dos dados bibliográficos, alguns apontamentos:

Caso o texto não venha assinado, convencionou-se atribuir a autoria ao periódico.

Na indexação do nome do autor, utiliza-se a listagem de autores disponibilizada pela Base de dados, inviabilizando que o pesquisador seja fiel às assinaturas dos textos nos periódicos. A listagem de autores disponível na Base é controlada, sendo atualizada por somente dois pesquisadores responsáveis por verificar ocorrências de nomes duplos, nomes com diferentes grafias a fim de não produzir diferentes entradas para o mesmo nome.

Nas entrevistas, os nome do(s) entrevistador(es) e do entrevistado(a) constarão como autores do texto.

No caso das resenhas, o subtítulo é preenchido com os dados da obra resenhada entre parênteses.

No caso da publicação de vários poemas de um mesmo autor, seguem-se os seguintes critérios: se houver um título que os agrupe, mantém-se o mesmo neste campo e

cita-se os títulos no resumo; caso se apresentem somente os títulos dos poemas, estes devem entrar separados por uma barra (/), obedecendo à pontuação dos mesmos.

Em função dos demais dados, convencionaram-se as seguintes observações:

No campo Palavras-chave, preenchido quando se trata de ensaio, resenha, entrevista, correspondência, reportagem ou apresentação, o pesquisador elenca as palavras-chave do texto, visando possibilitar futuras pesquisas valendo-se de um determinado termo.

O campo de Nome pessoal como assunto, deve ser preenchido nos casos em que o texto trate especificamente de um(a) determinado(a) autor(a).

É feito um resumo do texto, sempre que se trate de outro gênero, que não o poema, a ficção, o HQ ou a charge.

O campo Resumo também deve ser utilizado para as notas de publicação, notas explicativas, local e data, que porventura constem nos textos. Tais indicações devem aparecer depois dos resumos, entre colchetes.

Essa metodologia de indexação não visa ao esgotamento do periódico, ao contrário do Roteiro de Pesquisa do IEB. Na verdade, a indexação do periódico substitui apenas o item 04 do roteiro, o de leitura e fichamento do periódico. Assim, o que diferencia a metodologia adotada pelo NELIC é a possibilidade de extração de dados do banco, em forma de relatórios gerais, por número, ano, título, editora, cidade, além de relatórios estatísticos, percentuais por periódico. Ou seja, posso caracterizar as diferentes metodologias como sendo a do projeto do IEB uma metodologia de pesquisa – como o próprio nome indica –; e a do projeto *Poéticas* uma metodologia técnica, uma instrumentalização técnica para uma pesquisa de arquivo que é realizada concomitantemente à indexação. Posso, também, radicalizar a análise ao afirmar que o roteiro do projeto do IEB produz uma leitura específica e padronizada do periódico, uma leitura descritiva. O pesquisador, ao entrar em contato com o periódico, já possui todos os argumentos e informações necessários e procura somente confirmá-los no próprio periódico. Já a metodologia de indexação permite que o periódico produza significado, permite diferentes leituras, faz o pesquisador ver aspectos ou relações antes não reconhecidas. Permite ao pesquisador inventar/inventariar o *objeto*.

### **Inventando noções de arquivo**

Os dois projetos de pesquisa, tanto o do IEB, quanto o *Poéticas*, partem de um mesmo *lugar*: arquivo. No caso IEB, um arquivo de *arquivos*. No caso do projeto *Poéticas*, um arquivo formado pelo acervo de periódicos do NELIC. Mas esse *lugar* de partida /

partilha também pode ser um *lugar* de origem. Assim, adoto aqui a mesma pergunta que dá voz às discussões que Derrida engendra sobre o *arquivo*:

[...] não devemos começar distinguindo o arquivo daquilo a que o reduzimos frequentemente, em especial a experiência da *memória* e o retorno à *origem*, mas também o *arcaico* e o *arqueológico*, a lembrança ou a escavação, em suma, a busca do tempo perdido? Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um *lugar de autoridade* (o arconte, o *arkheion*, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo. (DERRIDA, 2001, p. 7-8).

Afinal, devemos ou não distinguir o arquivo daquilo a que o reduzimos: o retorno à *origem*, o trabalho de escavação, arqueológico, de descrição desse *lugar de autoridade* que condiciona o arquivo. Derrida, na tentativa de estipular um *lugar* para começar suas reflexões decide começar pela palavra “arquivo” e pelo arquivo de uma palavra tão problemática como “arquivo” (*arkhê*), que concentra em si tanto a noção de *começo* como a de *comando*. Há, dentro da palavra, dois princípios: um físico, histórico ou ontológico – que é o princípio da natureza, de um lugar onde as coisas *começam*, um lugar de *origem*; e outro nomológico, um lugar ali onde se exerce a autoridade, o *comando*, um lugar a partir de onde uma ordem é dada, estipulada. Deveríamos, portanto, adotar o arquivo como um *lugar*, morto de preferência, onde seria realizado o autoritário trabalho de estipular uma ordem, descrever uma ordenação na busca pela origem, unindo os dois princípios – e dentro da noção de princípio já está guardada a origem – histórico e nomológico, a fim de construir uma arqueologia do arquivo, dos periódicos? Pode-se perceber, valendo-se do roteiro de pesquisa do projeto do IEB, que é a isso que o projeto se propõe. *Descrever* – e esse conceito torna-se fundamental para pensarmos o projeto do Instituto – o arquivo em sua totalidade. Explorar a arqueologia de um periódico, desenvolver um arquétipo / arquete para o periódico, na dupla função de exumar os mortos e atestar a morte. Falo na função exumar dentro do projeto do IEB com base na afirmação de Dimas, na introdução do seu livro *Rosa-Cruz*, de que o principal objetivo de seu trabalho era exumar a revista. Exumar seria retirar a revista *Rosa-Cruz* do esquecimento, da arquete do arquivo. Mas, por acarretamento lógico, só é possível exumar o que já está morto. E é valendo-se dessa tarefa de exumação, de descrição do arquivo-morto que Derrida lembra a primeira figura de um arquivo,

[...] pois *todo* arquivo – tiraremos daí algumas consequências – é ao mesmo tempo *instituidor* e *conservador*. Revolucionário e tradicional. Arquivo *econômico* deste duplo sentido: guarda, põe em reserva, economiza, mas de modo não natural, isto é, fazendo a lei (*nomos*) ou fazendo respeitar a lei. (DERRIDA, 2001, p. 17, grifos do autor).

Nessa perspectiva, posso acrescentar, fazendo a exumação: descrevendo, classificando, catalogando o arquivo em sua totalidade. O roteiro de pesquisa do projeto do IEB guarda ao pesquisador o *lugar de autoridade* perante o arquivo / periódico, cabendo a ele as funções de *instituir e conservar*.

O movimento de institucionalizar e conservar o modernismo paulista realizado no projeto do Instituto aponta diretamente, portanto, para essa postura de arquivista aqui apresentada, o arquivista – arconte, que organiza, classifica, controla o arquivo, fazendo dele a lei, de modo não natural, como aponta Derrida. Ou seja, os resultados apresentados com base no roteiro de pesquisa do IEB estão sempre na dupla função de apontar o *começo* e realizar o *comando*, impor a leitura descritiva dos periódicos estudados.

Assim, distinguindo o arquivo dessa redução *começo* e *comando*, Derrida lembra que a palavra “arquivo” tão bem abriga a memória do nome *arkhê*, como também se conserva *ao abrigo* desta memória abrigada. Ao mesmo tempo que a palavra abriga a função do arconte de comandar o retorno à *origem* ela se abriga dessa função, a esquece. Para reforçar suas afirmações, Derrida recorre ao subtítulo de seu livro, *uma impressão Freudiana*, e recupera a noção de *pulsão de morte*. O *tânatos* também está presente no arquivo, ele “destrói seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico” (DERRIDA, 2001, p. 21). Grosso modo, posso exemplificar a presença do *tânatos* no arquivo a partir da sua criação. Criar o arquivo é destruir o arquivo. Na própria tarefa de criar o arquivo há a pulsão de morte que destrói o arquivo.

Isso tudo porque, conforme aponta Derrida, não há arquivo sem um lugar de consignação, e o autor não somente utiliza a palavra em seu sentido mais usual, o de designar uma residência ou confiar um lugar, porém a adota em seu sentido mais amplo do ato de consignar, reunindo os signos. Não há arquivo sem um lugar de *consignação*, um lugar que ordene, comande os signos sem uma técnica de repetição – o roteiro do IEB – e sem um exterior. É nesse exterior que o *tânatos* age, destruindo o arquivo exterior ao arquivo, ao que acarreta a destruição do próprio arquivo. É a isso que Derrida chama *Mal de arquivo*. E é valendo-se disso que Raul Antelo, em *O arquivo e o presente*, constrói

[...] a [sua] hipótese de que, no tocante à arqueologia, um dos fantasmas que ameaçam a tarefa de leitura é a *ilusão tautológica*. Ela consiste em julgar, simplesmente, que o texto conservado no arquivo diz o que diz e que nele vemos o que se vê. A ilusão tautológica é uma ilusão de sincronia. Ela poderia ser resumida com a fórmula de Didi-Huberman: o que vemos não nos olha, o que lemos, não nos lê. (ANTELO, 2007, p. 44, grifos do autor).

A ilusão tautológica a que Antelo faz referência é a ilusão<sup>4</sup> produzida com base na pulsão de morte do arquivo, na busca pela origem, pelo texto original. Morto, o arquivo diz o

que diz, mostra o que mostra. Morto, podemos dissecar, descrever. Uma ilusão referencial, resumida, como aponta Antelo, na fórmula de Didi-Huberman. Se lêssemos o arquivo como o faz o projeto do IEB, em busca da *origem*, cairíamos na ilusão tautológica de ler um arquivo morto, de produzir apenas *descrições* de arquivo. Camargo reforça essa leitura ao afirmar que os trabalhos desenvolvidos no projeto do IEB “dedicaram-se, em sua maioria, a uma *descrição* minuciosa das revistas em estudo” (CAMARGO, 1996, p. 122).

Porém, Antelo aponta outra possível leitura de arquivo que não essa ilusão referencial

[...] porque um texto achado num arquivo sempre postula um para além da significação e um maior ou menor anacronismo, de tal forma que sua leitura propõe uma relação indiciária de contiguidade e causalidade entre o signo e seu objeto, isto é, uma relação, simultaneamente, das mais diretas, mas, também, das mais diferidas possíveis, entre essas duas instâncias. Todo enunciado lido no arquivo é, literalmente, uma transposição, uma tradução, o vestígio de um corpo ausente que *tocou* essa matéria. (ANTELO, 2007, p. 44).

A entrada no arquivo é um movimento único, irreprodutível. A cada nova entrada, um outro contato se produz a partir dessa matéria do arquivo, um novo traço é criado, um novo rastro. Não há mais uma *origem* determinada a ser escavada e descrita, há a possibilidade de produzir diferentes arquivos dentro de um arquivo, rastrear diferentes traços, percorrer caminhos diversos a partir do *contato* com o texto, com o periódico como texto à procura de vestígios. Assim, percorrer o arquivo deixa de ser comandar uma descrição, deixa de ser uma busca pela *origem*. Trabalhar com arquivo passa a ser inventá-lo. Criar, valendo-se do arquivo morto, outras leituras possíveis, estabelecer outros *contatos* com os textos. Inventar permite entrar e sair de diversas formas no arquivo. Inventar permite tirar o lugar de autoridade do arquivo, tirar o lugar de pertença do arquivo, o *na* (em+a) do *tânatos*, criar outros *tatos*, novos *contatos*.

E é admitindo essa operação de leitura do arquivo que procura inventar e não descrever o arquivado, que podemos perceber, com base na metodologia de indexação do projeto *Poéticas*, a postura de arquivista presente nos diversos resultados de leitura e pesquisa em periódicos dentro do projeto. A metodologia de indexação, com base em seus relatórios e estatísticas, produz diversos tipos de entrada possíveis para o arquivo. Ao permitir gerar relatórios e estatísticas por meio do sistema de banco de dados, podemos verificar precisamente quais os colaboradores mais assíduos de um periódico, quais os mais citados, o que muitas vezes difere das expectativas e leituras prévias do arquivo por parte do pesquisador.

A tarefa, portanto, a que se propõe o projeto *Poéticas* é a de constantemente procurar um entre-lugar entre o *lugar de autoridade* dentro do arquivo e a profanação da biblioteca. Esse entre-lugar não destitui a descrição, mas também não assume a *Autoridade* sobre o arquivo. Ou seja, não produz a consagração do arquivo a partir da descrição e o devolve ao uso humano por meio da invenção. Agamben recupera de Trebácio uma noção de profanação, que “em sentido próprio denomina-se àquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens” (ANTELO, 2007, p. 65). Inventar novos usos do arquivo funcionaria, aqui, como profanar o arquivo, trazê-lo novamente à esfera dos homens, tirando-o do *lugar de autoridade* do arconte. Não mais entrar com a autoridade do arqueólogo, mas na profana função do *cortato*. Insisto tanto na noção de *contato*, pois a entendo baseado no que Agamben aponta como o processo de sacralização / profanação:

[...] pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas [podemos acrescentar, livremente, arquivos] ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. O dispositivo que realiza e regula a separação é o sacrifício [...], ele estabelece, em todo caso, a passagem de algo do profano para o sagrado, da esfera humana para a divina. É essencial o corte que separa as duas esferas, o limiar que a vítima deve atravessar, não importando se num sentido ou noutro. O que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana. Uma das formas mais simples de profanação ocorre através de contato (*contagione*) [...]. Há um contágio profano, um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado. (ANTELO, 2007, p. 65-66).

O sacrifício do arquivo é a própria pulsão de morte. O *tânatos* que sacraliza, subtraindo do arquivo a sua esfera humana, é o mesmo *tânatos* que lhe impõe um lugar de *autoridade*, de *comando* do arquivo. O sacerdote seria o único capaz de *descrever* o arquivo. O rito de profanação aqui proposto consiste na simples operação de deslocar, atravessar esse limiar – não importando se num sentido ou noutro – do lugar do arquivo. Tirar o lugar do *tânatos*, atravessar o *na* (em+a), por meio do tato, do toque, do contágio profano, enfim, do *cortato*. Destituir-se da função de arconte a *descrever* – valendo-se dos dois princípios, o histórico-físico-ontológico, ou o nomológico, conforme vimos com base em Derrida – e gerar um terceiro princípio, ou melhor, tirar da esfera do principado, cortar a cabeça da realeza e *inventar* um arquivo *acéfalo*.

### Descrever o inventário

*Eu me deslocava, me aproximava e me distanciava dele, com o intuito de visualizar o rosto; queria descrevê-lo minuciosamente, mas*

*descrever sempre falseia. Além disso, o invisível não pode ser transcrito e sim inventado.*

**Relato de um certo Oriente.** Milton Hatoum.

Antes de prosseguir com as discussões acerca do arquivo de periódicos inventado, é preciso fazer uma pausa e pensar dois problemas que agora surgem nas reflexões aqui desenvolvidas. O primeiro deles é como solucionar a forte dicotomia arditamente criada entre inventar e descrever. O segundo problema é aprofundar os pensamentos acerca da noção de *objeto*, até agora tratado superficialmente.

Chego a um ponto na discussão que preciso desconstruir a armadilha tão inocentemente criada de estabelecer a dicotomia entre inventar e descrever, como se descrever fosse a atitude a ser execrada e inventar a nova salvação. Do contrário! É preciso tornar claro que a proposta é não optar por nenhuma das duas vias e sim torná-las imbricadas, senão interdependentes.

Um caminho possível a fim de desviar da armadilha é recordar que na função *inventar* há a noção de *inventário*. Segundo o dicionário Houaiss (2001), a primeira acepção para inventário é, referente ao direito das sucessões, a “descrição detalhada do patrimônio da pessoa falecida, para que se possa proceder à partilha dos bens”. Também há a acepção, derivada por metonímia, de que inventário é “o documento ou papel em que estão enumerados e descritos esses bens” (HOUAISS, 2001). Ou ainda o entendimento de que inventário é um “levantamento minucioso dos elementos de um todo; rol, lista, relação” ou “qualquer descrição detalhada, minuciosa de algo” (HOUAISS, 2001).

E uma só noção perpassa todas as acepções: o descrever. Porém, podemos perceber que há diferentes compreensões da tarefa de descrever. Por um lado, o roteiro de pesquisa do projeto do IEB deixa claro que a função aparece como uma tarefa totalizadora, universal, que visa dar conta do periódico em um só caminho, com um só método – uma vez que o roteiro de pesquisa do projeto do IEB é o que o próprio nome indica, um roteiro a ser seguido, um esquema (autoritário) a ser respeitado. O *descrever* do projeto do IEB é a força de representar o seu todo, em todas suas funções, é dissecar o periódico. Grosso modo, posso comparar o roteiro de pesquisa a um manual de taxidermia de animais mortos. Passo a passo, o manual ensina a rechear de palha um corpo morto. Passo a passo, o roteiro ensina a descrever – representar o todo – de um periódico. Porém, nessa função de descrever, de exercer a taxidermia não entra a função principal do animal e do periódico: a vida.

Assim, o que combato ao falar contra a descrição não é o próprio ato de descrever e sim a impaciente tarefa de *apenas* descrever. A descrição de um periódico, de um arquivo por si só não pode ser considerada um trabalho com o periódico, um trabalho de arquivo.

Até porque, apenas descrever o arquivo nos entrega à armadilha de ver o arquivo ignorando que ele também nos olha.

Por um outro lado, a proposta do projeto *Poéticas* é realizar a indexação como movimento de partida no arquivo, um movimento de leitura. Assim, a descrição é a primeira e não a única das funções de pesquisa. Não um roteiro, um manual de pesquisa, a metodologia de indexação é a produção de um inventário do arquivo, inventário esse que permite a partilha dos bens. Ou seja, realizar a indexação, descrever o periódico como tarefa de instrumentalização da pesquisa, da invenção do periódico. Indexar passa a ser produzir um “documento ou papel em que estão enumerados e descritos os bens”. Indexar é usar a descrição por outra via: produzir o inventário.

A armadilha se soluciona, então, ao perceber que dentro da noção de inventar há a noção de inventário que, por sua vez, guarda a descrição como tarefa fundamental. Inventar um arquivo mantém-se na esfera do contato com esse arquivo. Principalmente ao lembrar que o que tocamos também nos toca, e que o inventário pressupõe um uso futuro do que é descrito, como vimos na primeira definição do dicionário Houaiss, inventariar é descrever para poder proceder à partilha. É preciso, portanto, inventariar, leia-se descrever, para poder partilhar, leia-se inventar.

Enfim, coloco-me contra a descrição como método de pesquisa, como um trabalho total do arquivo, como se apenas descrever fosse entrar e percorrer todo um arquivo. Entendo que o trabalhar com o arquivo é assumir um risco de nunca acabar de percorrer o arquivo, é assumir a tarefa de inventar um arquivo, inventar um caminho a fim de tocar e ser tocado por esse *objeto*.

O segundo problema que ardei no decorrer desse trabalho envolve a noção de *objeto*. Novamente quero evitar a rasa compreensão dicotômica de que uma coisa é boa para outra ser ruim. Não quero propor um novo conceito a fim de substituir a noção de *objeto*, nem cair na armadilha de contrapor sujeito *versus* objeto.

Assim, apoiado novamente no dicionário Houaiss, encontro a palavra *objeto* dividida em 13 diferentes entradas. A primeira delas o apresenta como uma “coisa material que pode ser percebida pelos sentidos”. A segunda, “coisa mental ou física para a qual converge o pensamento, um sentimento ou uma ação”. A terceira, “assunto sobre o qual versa uma pesquisa ou ciência”. A quarta, “móvel de um ato, agente, motivo, causa”...

Sendo *objeto* ao mesmo tempo coisa e agente, móvel e motivo, guarda-se dentro da noção de *objeto* diversas possibilidades de leitura. Eis, aqui, o grande problema: como demonstrar as diferentes leituras de *objeto* dos projetos aqui analisados. Em meu entendimento, o projeto do IEB encara o periódico com base na noção de coisa, por isso toda a discussão acerca da passividade do objeto que farei depois dessa pequena pausa. Já o projeto *Poéticas* trabalha com o periódico valendo-se da noção de móvel, daquilo que

pode, e deve ser movido, que se move dentro do arquivo. É preciso, portanto, ter em mente essas diferentes possibilidades de leitura da função *objeto* para as discussões que farei adiante.

Ao pensar o *Poéticas*, compreendo que o objeto exerce mais que uma função de coisa, mas também uma função de texto. Mais do que um assunto, uma ação. Uma força que, novamente, ao mesmo tempo que é olhada, nos olha. A indexação nos faz ver aspectos, características, ou melhor, a indexação permite que o arquivo nos olhe e nos diga algo.

As especificidades de um arquivo de periódicos são inúmeras e merecem alguma consideração. Diversas são as propostas de categorização de periódicos, seja por meio de movimentos literários, seja por suas relações com o momento político, seu projeto gráfico, seus textos e colaboradores. Diversos são os elementos passíveis de organização e descrição dentro de um arquivo de periódicos. O primeiro passo é compreender as múltiplas funções da noção de *objeto* que um periódico pode exercer dentro de um arquivo. O roteiro de pesquisa do IEB, signatário do lugar de *autoridade* perante o arquivo, toma o periódico somente por uma via da função de objeto, *descrevendo* seu conteúdo, os textos publicados, suas relações com o contexto histórico, político, social. Tomar o periódico enquanto somente um *objeto* é adotar os dois princípios apontados por Derrida para o papel do arconte. O roteiro, como vimos, descreve o princípio histórico, físico ou ontológico do periódico, procurando sua *origem*, mediante o levantamento bibliográfico sobre o periódico, sobre os colaboradores, sobre o período. E propõe o princípio nomológico de descrição do arquivo total composto pelo periódico, construindo o cânone do modernismo paulista por meio de suas revistas e jornais. O periódico somente enquanto *objeto* como o encara o projeto do IEB leva água ao moinho da *ilusão tautológica* a que Antelo se referiu ao recuperar a fórmula de Didi-Huberman. O *objeto* que olhamos não nos olha, o *objeto* que lemos não nos lê.

As diferentes relações baseadas nos diferentes entendimentos do que é o *objeto* já foram exploradas por Benjamin ao falar da relação entre o colecionador e o colecionado:

É decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante. [...] E para o verdadeiro colecionador, cada uma das coisas torna-se neste sistema uma enciclopédia de toda a ciência da época, da paisagem, da indústria, do proprietário do qual provém. O mais profundo encantamento do colecionador consiste em inscrever a coisa particular em um círculo mágico no qual ela se imobiliza, enquanto a percorre um último estremecimento (o estremecimento de ser adquirida). (ANTELO, 2007, p. 239, H 1a, 2).

Parece-me que a proposta do roteiro de pesquisa do projeto do IEB procura exercer a função de colecionador. Principalmente por retirar o próprio periódico da sua função primitiva de periódico, de texto que circula ligado, principalmente, ao seu tempo. O roteiro de pesquisa produz o encantamento do colecionador que inscreve o periódico em um círculo mágico, imobilizando-o. Isso porque o periódico exerce apenas o papel de suporte para publicações de um grupo ou de um autor. Não à toa, apenas um dos seis passos visa ao trabalho de leitura e de arquivo do periódico.

Porém, novamente não quero cair na armadilha de escolher um só lado, e lembro que dentro da concepção do colecionador de Benjamin há também o próprio alegorista:

O alegorista é por assim dizer o polo oposto ao colecionador. Ele desistiu de elucidar as coisas através da pesquisa do que lhes é afim e do que lhes é próprio. Ele as desliga de seu contexto e desde o princípio confia na sua meditação para elucidar seu significado. O colecionador, ao contrário, reúne as coisas que são afins; consegue, deste modo, informar a respeito das coisas através de suas afinidades ou de sua sucessão no tempo. No entanto – e isto é mais importante que todas as diferenças que possa haver entre eles –, em cada colecionador esconde-se um alegorista e em cada alegorista, um colecionador. No que se refere ao colecionador, sua coleção nunca está completa; e se lhe falta uma única peça, tudo o que colecionou não passará de uma obra fragmentária, tal como são as coisas desde o princípio para a alegoria. Por outro lado, justamente o alegorista, para quem as coisas representam apenas verbetes de um dicionário secreto, que revelará seus significados ao iniciado, nunca terá acumulado coisas suficientes, sendo que uma deles pode tanto menos substituir a outra que nenhuma reflexão permite prever o significado que a meditação pode reivindicar para cada uma delas. (ANTELO, 2007, p. 245, H 4a, 1).

Portanto, entendo que, o que o projeto *Poéticas* propõe para o estudo de periódicos é assumir o risco de tornar-se equilibrista, entre a tarefa de colecionar o acervo e o arquivo, reconhecendo-o como sempre fragmentário, e de produzir a alegoria na compreensão de que cada nova entrada no arquivo produz um outro arquivo. Que cada nova leitura do arquivo produz um outro arquivo. Percorrer constantemente o arquivo, a fim de mantê-lo móvel e a fim de ouvir todos os seus sussurros.

Assim, a proposta de deslocar o *tânatos* de lugar, por meio do *cortato*, visa abarcar essa dupla função; afinal, encarar o periódico enquanto colecionador e enquanto alegorista auxilia na proposta de atravessar o limiar do arquivo, possibilitando leituras diversas de um só periódico. O *cortato* com o arquivo, enquanto alegoria, (nos) toca, (nos) olha, (nos) lê e, principalmente, (nos) diz coisas que a coleção somente cala.

Posso, portanto, associar as características de passividade / atividade a essa compreensão. O periódico coleção pode ser entendido por meio de sua passividade. Já como alegoria, o periódico assume voz ativa, desviando, propondo novos traços, outras

possibilidades de leitura. É desse mesmo modo, por exemplo, que Monica Pimenta Velloso se posiciona perante o “seu” arquivo de revistas modernistas:

[...] as revistas devem ser estudadas em si mesmas articulando-se os seus aspectos materiais e discursivos, suas condições de produção, utilizações estratégicas e recepção. Elas passam a ser pensadas, aqui, na sua dupla dimensão: como *fonte* e como *objeto* de análise. Perspectiva essa que possibilita percebê-las na sua complexa historicidade e articulações específicas que estabelecem em relação ao moderno. (VELLOSO, 2006, p. 3, grifos da autora).

Não só como elemento para análise histórica (fonte), mas como texto de possíveis articulações de discursos (objeto), apoios materiais, condições de produção, estratégias de publicação, recepção do periódico, entre outras tantas articulações possíveis a partir desse *objeto* que é o periódico. A revista, enquanto coleção, opera *em si*; já enquanto alegoria, *a partir de si*. E uma esconde-se na outra.

### Um arquivo de periódicos inventado

Outra especificidade que pode ser apontada no trabalho com arquivos de periódicos é a profusão de classificações tipológicas para as revistas ou jornais. Antonio Dimas, em seu ensaio *Um suplemento carnudo*, ensaia uma tipologia para periódicos, ainda que avise, de antemão, “tudo o que uma tipologia possa ter de carcerária e de constrangedora” (DIMAS, 1996, p. 41). Dimas propõe que a primeira classificação seja a partir de dois grandes blocos, sendo o primeiro de periódicos ligados à iniciativa privada – que não pode desdenhar de questões de mercado e concorrência –; e o segundo ligados a alguma instituição, cultural ou econômica que o organiza – não precisando, esse segundo bloco, se ocupar de questões mercadológicas.

No primeiro caso, segundo Dimas, o periódico depende necessariamente de sua publicidade ou de seu apoio e retorno nas vendas. Esse fato, que pode ser pequeno, pode também acabar tolhendo a liberdade de ação do veículo, de acordo com suas propostas de intervenção cultural e resposta do público consumidor.

O segundo bloco, o de revistas ligadas, *grosso modo*, a instituições, são as que mais se prestam ao estudo do periodismo cultural, “uma vez que refletem as expectativas de renovação do padrão cultural e ideológico de um dado momento ou sua manutenção” (DIMAS, 1996, p. 41). Esse segundo bloco se desdobraria em diversos tipos de revista, de acordo com a ligação institucional desenvolvida, tais como revistas universitárias, oficiais, grupais, ideológicas, gremiais. Essa tipologia, ainda segundo Dimas, não seria unitária e exclusiva, havendo revistas que, ao mesmo tempo, são universitárias e ideológicas, ou

oficiais e grupais. Entre as universitárias, o exemplo recuperado é a da revista **Kenyon Review** (1939 – 1970), e das gremiais a revista da Academia Brasileira de Letras.

Entre as revistas oficiais, Dimas recupera a **Revista do Livro**. A revista do Instituto Nacional do Livro tem um papel fundamental na área de estudos de periódicos por publicar, em vários de seus números, a série de artigos de Plínio Doyle, intitulada *História de revistas e jornais literários*, posteriormente reunida em livro.

A tipologia proposta por Dimas demanda a discussão de algumas noções fundamentais para o estudo de periódicos, como, por exemplo, a noção de instituição, formação, ou até mesmo de tradição, tal como formuladas por Raymond Williams. Antes de iniciar a abordagem desses conceitos, apresento mais algumas propostas de classificação tipológica de periódicos, a fim de demonstrar como o próprio arquivo se manifesta, criando armadilhas e emboscadas aos que tentam *descrevê-lo* sob somente uma égide. Vale destacar que não procuro uma tipologia universal: quero apenas, ao confrontar as diferentes classificações, reforçar a perspectiva de compreensão do arquivo, da necessidade de *inventar* o arquivo, em vez de tentar totalizá-lo.

Pablo Rocca, por exemplo, em seu artigo traduzido e publicado no Boletim de Pesquisa NELIC, intitulado *Por que, para que uma revista?*, apoia-se em Gramsci a fim de apresentar sua tipologia:

Um conceito de Gramsci: periodismo “*integral*”, ou seja, “*aquele que não só trata de satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público[,] mas que se esforça para criar e desenvolver estas necessidades e, por isso, estimular, em certo sentido, seu público e aumentá-lo progressivamente*”. Entre os tipos de revistas, Gramsci distinguia três modelos fundamentais: um, que combina elementos diretivos; um segundo tipo “*crítico-histórico-bibliográfico*”, um terceiro que resulta da “*combinação de alguns elementos do segundo tipo e de semanários ingleses como o Manchester Guardian Weekly, ou o Times Weekley*”. Desse modo um pouco vago, ele distingue esses três níveis, e termina por postular uma lei: cada um deles “*deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores «principais» para escrever o corpo essencial de cada número*”. (ROCCA, 2007, p. 06).

Valendo-se do conceito de Gramsci, o qual estipula três modelos distintos para que um periódico entrasse nesse arquivo *periodismo integral*, Rocca estipula sua própria tipologia, também tripartida. Para o pesquisador uruguaio, os periódicos podem ser divididos em:

Revistas institucionais ou acadêmicas: protegidas ou financiadas por verbas de uma instituição oficial. Em geral, segundo Rocca, não intervém na vida cultural ativa, pondo-a de lado ou tratando-a como material de trabalho ou de estudo. Nota-se que Rocca afirma exatamente o contrário de Dimas quanto às revistas institucionais.

As revistas propriamente culturais: ou revistas de intervenção, as quais aparecem no debate cultural por conta própria, com escassas possibilidades de sobrevivência, sem ou com pouco apoio financeiro ou estrutural.

Exceções: revistas que não são enquadradas nas duas categorias apresentadas. São revistas que, segundo Rocca, “mantêm um difícil equilíbrio em relação ao poder oficial, orientadas para um mundo de referências acadêmico, mas não renunciam à publicação de textos ‘de ficção’ e textos de ‘intervenção’ na polêmica do presente” (ROCCA, 2007, p. 7-8).

A classificação proposta por Rocca é altamente complicada, demonstrando, por parte do pesquisador uruguaio, um certo desconhecimento da produção periódica brasileira. Elencar a revista brasileira **Cult**, por exemplo, como uma revista *propriamente cultural* é bastante problemático, afinal, foge da própria definição de Rocca de serem essas revistas de escassos recursos e pequenas chances de sobrevivência. A revista **Cult** é uma revista de ampla circulação, com ênfase na divulgação literária, com um público amplo e apoio institucional de editoras e instituições financeiras. Outra distinção possível é tomar-se por base a forma de venda das revistas. **Cult** é oferecida ao seu público em bancas de jornal e não em livrarias, atingindo um público diferente de revistas alternativas ou institucionais. Porém, a classificação de Rocca nos fornece argumentos suficientes para desmontar também a proposta de Dimas, especialmente quando aquele afirma que as revistas institucionais refletem as expectativas de renovação do padrão cultural. Renovação não, e sim manutenção, afinal, as revistas institucionais possuem forte ligação com a noção de tradição – a qual veremos logo mais adiante, com base em Raymond Williams.

Assim, quero apenas notar o quão ardiloso pode ser um arquivo. Qualquer que seja a tipologia proposta, sempre haverá um arquivo referencial, assim, sempre haverá problemas e contraexemplos a serem apresentados. O que reforça a atitude aqui proposta de não somente *descrever* o arquivo – pois isso a nada nos leva – mas sim *inventar*, propor diferentes caminhos, traçar diferentes percursos dentro do arquivo no estudo dos periódicos.

Porém, não pretendo, também, invalidar todos os trabalhos e pesquisas que propõem categorias e tipologias para o estudo de periódicos. Propor tipologias torna-se, ainda, fundamental na tentativa de propor novos movimentos dentro do arquivo. Nota-se, por exemplo, que há elementos e categorias comuns dentro das diferentes tipologias propostas. Apoio-me, aqui, na proposta de Maria Lucia de Barros Camargo em seu ensaio *Sobre revistas, periódicos e qualis tais*, de compreender o que é uma revista:

[...] quando buscamos a palavra em seu estado de dicionário, vemos que o verbete aparece duas vezes. Num deles, encontramos as acepções derivadas de “re+vista”, ou seja, ato de examinar, de ver outra vez, de ver detidamente, de inspecionar (que inclui o uso militar do termo, “passar em revista”), definição que se aplica, em sentido amplo, ao exercício da crítica, matéria das revistas; no segundo verbete, e o que em princípio nos

interessa mais diretamente, lemos que “revista” é: Publicação periódica, destinada a grande público ou a público específico, que reúne, em geral, matérias jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, conselhos de beleza, moda, decoração etc. [...]ETIM trad. do inglês, *review*, “publicação periódica dedicada principalmente a críticas e ensaios”. (CAMARGO, 2003, p. 23).

O que Camargo procura mostrar é que a própria definição de revista é pantanosa, difícil de estabilizar em argumentos ou muito genéricos que nada definem ou em categorias muito específicas, que restringem por demais. A própria definição de revista precisa ser constantemente re+vista, não só por olhar novamente um novo arquivo – afinal cada olhar gera um novo arquivo – mas também perfilar o arquivo a fim de passar em revista à procura de dissidências. Ou seja, a fórmula apresentada por Camargo em seu ensaio torna-se aqui extremamente pertinente: a cada revista, uma revista. Essa compreensão leva água ao moinho da metodologia adotada pelo projeto *Poéticas* para o estudo de periódicos. Ao não se propor a uma *descrição* única, universal, o projeto possibilita e “instrumentaliza” o pesquisador de diferentes argumentos com a finalidade de traçar seu caminho dentro do arquivo, ainda que a metodologia de indexação seja única para todos os periódicos.

### **Formações, Instituições e Tradição: manobrar diferentes usos para / no arquivo**

Dentre os diversos elementos aglutinadores de um arquivo de periódicos, percebo, nas diferentes tipologias apresentadas, três noções fundamentais na leitura de um arquivo: Formação, Instituição e Tradição. Valendo-se de Raymond Williams, o projeto *Poéticas* adota as concepções apresentadas nos livros *Marxismo e Literatura e Cultura* a fim de entender a tríade do arquivo. Ao falar de tradição, Williams lembra que o conceito foi radicalmente negligenciado pelo pensamento cultural marxista, principalmente por ter o marxismo entendido a tradição somente como uma sobrevivência do passado. Porém, o autor nos lembra que o “sentido incorporador da tradição é forte” (WILLIAMS, 1979, p. 188), afinal, a tradição é, na prática, uma evidente expressão das forças e pressões dominantes e hegemônicas: tradição *seletiva*. Por tradição *seletiva*, Williams entende ser uma operação intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado que determinam e operam o processo de definição e identificação social e cultural: “num nível mais profundo, o sentido hegemônico na tradição é sempre o mais ativo: um processo deliberadamente seletivo que oferece uma ratificação histórica e cultural de uma ordem contemporânea” (WILLIAMS, 1979, p. 119).

É a tradição que propõe a continuidade dos processos identitários e de definição social e cultural. Assim, segundo o autor, é significativo que grande parte do trabalho mais acessível e influente da contra-hegemonia seja histórica: a recuperação de áreas rejeitadas,

ou a reformulação de interpretações seletivas e redutivas. Poderia afirmar, portanto, que é significativo que o trabalho de arquivo aqui proposto seja contra-hegemônico, histórico, colecionador e alegorista. Por propor diferentes leituras do arquivo, por trabalhar com um arquivo determinado historicamente; por sua proposta de não apenas *descrever* o arquivo, e sim *inventar* diferentes usos, outras formas, perseguir outros traços, coleções, constelações. Principalmente se lembrarmos de que a relação dos periódicos com o seu tempo é confusa e problemática, como bem nota Rocca:

[...] poder-se-ia vê-la assim: mais que um desafio ao tempo, a revista é um desafio *no tempo*. A literatura seria essa possibilidade de desafiar o tempo em um lapso maior que o da proximidade, que o do próximo do presente. A revista, pelo contrário, trabalha para o presente, para a difusão do conto ou do poema ou do artigo ou do capítulo de romance. Logo, com sorte, esses textos estarão destinados a circular em livro ou então a ficarem pendentes no espaço cibernético até que alguém os recolha, até que alguém os “baixe” da internet. Ou se perderão para sempre ou se transformarão em referência de nota de rodapé em alguma tese de doutorado, para regozijo de eruditos ou como monótono insumo para a obtenção de um grau ou de um cargo universitário. (ROCCA, 2007, p. 1).

A relação entre os periódicos e o tempo é um dos maiores desafios do trabalho de arquivo. Enquanto “presume-se” que o periódico seja lançado no presente ao futuro, defendendo ideias e valores, movimentos e símbolos. Mas também o periódico relaciona-se com o seu passado, (re)avaliando-o, colecionando-o. Como *Hidra*, a relação do periódico com o tempo é múltipla, com várias cabeças e partidas.

Essa relação também depende do estabelecimento efetivo da tradição, afinal um periódico que trabalhe com as forças de seleção da tradição tende a se perpetuar no tempo. Mas esse estabelecimento deriva, fundamentalmente, das forças de uma instituição. Porém, como bem nos lembra Williams, tais processos não dependem única e exclusivamente de instituições oficiais, mas também de *formações*. Optei por adotar a distinção do autor de *Cultura* que separa, inicialmente, de um lado as relações variáveis entre produtores culturais e instituições sociais reconhecíveis; e de outro lado, as variáveis em que os produtores culturais se organizam, as *formações*.

Por instituição adoto os sentidos dicionarizados de “cada um dos costumes ou estruturas sociais estabelecidas por lei ou consuetudinariamente, que vigoram num determinado Estado ou povo” e de “organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou comunidade mundial”. Essas duas concepções já me auxiliam a “dar conta” da compreensão de instituição, podendo ser entendidas como estruturas sociais – aqui a instituição se liga fortemente à tradição – ou como organismos públicos ou privados. Nota-se que em ambos os sentidos a função nomológica é o que rege a instituição, eis o motivo de Williams atribuir

à tradição uma força de estabelecimento, uma força de lei. Periódicos institucionais, assim como arquivos, trabalham sempre com as noções de hegemonia e tradição, as quais determinam, em geral, o uso e a leitura possível para esses arquivos.

Já a segunda “estrutura” para os produtores culturais que Williams aponta, as *formações*, trabalham com formas de organização e de auto-organização que parecem, segundo o autor, muito mais próximas da produção cultural. São dentro das formações que podemos encontrar noções como a de *movimento*, ou seja, a congregação de um grupo de artistas na busca comum de alguma meta específica. Dentro do rótulo de *movimento*, aponto outras denominações. *Escola*, por exemplo, é um dos rótulos possíveis para as diferentes formações enquanto movimento. A noção de escola parte da existência de um mestre a ser seguido, o qual não necessariamente desenvolve uma relação direta com seus discípulos, mas que cria o vínculo de ideal a ser seguido. Outra denominação possível dentro dessa noção de formação enquanto movimento é a dos *Independentes*. Segundo Williams, são rotuladas de independentes as formações que não estabelecem vínculos com instituições – sejam elas oficiais ou apenas a figura de um mestre.

Porém, como aponta o próprio autor, as dificuldades em compreender em sua totalidade as formações culturais dão-se pelas características

[...] das relações sociais de qualquer produção que haja um problema a respeito da definição dos objetivos de determinada organização. Essa distinção não deve ser traçada com muito rigor; problemas semelhantes ocorrem no estudo de organizações educacionais e religiosas. Porém, há geralmente uma diferença efetiva com as instituições de simples produção de mercadorias [...] e as instituições de poder e de governo, nas quais os propósitos e objetivos são implícitos. (WILLIAMS, 2000, p. 67).

A questão dos diferentes problemas metodológicos na discussão das diversas formações culturais não cabe no propósito deste trabalho, porém, é importante notar que diante de diferenças profundas entre instituição e formação e entre formações, Williams propõe uma tipologia quanto à organização interna das formações que pode nos auxiliar a entrar nesse arquivo de periódicos.

Dessa tipologia, interessa-nos, particularmente, a segunda categoria criada para a organização interna de uma formação, “as da que não se baseiam na participação formal de associados, mas se organizam em torno de alguma *manifestação pública coletiva*, tal como uma exposição, um jornal, ou periódico do grupo” (WILLIAMS, 2000, p. 68, grifos do autor). Essa tipologia, a qual apresenta casos de sobreposição, nos auxilia a pensar algumas características e organizações internas de periódicos. Essas características e organizações, vale destacar, só foram visualizadas por meio da metodologia de indexação proposta pelo projeto *Poéticas Contemporâneas*.

Recebido em 7/7/2011

Aprovado em 14/9/2011

## NOTAS

<sup>1</sup> Conforme apresentado por Castello, em seu prefácio *A pesquisa de periódicos na literatura brasileira*. In: NAPOLI, Roselis Oliveira de. **Lanterna Verde e o modernismo**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1970, p. 06 – 11. No prefácio de Castello podemos ver o roteiro completo, discriminado etapa por etapa, de acordo com a proposta do projeto.

<sup>2</sup> Um período, antes de mais nada, pré-digital. A pesquisa estava baseada em idas frequentes às bibliotecas, orientações, e sugestões. É importante dimensionar essas diferenciações ao nos referirmos aos trabalhos do IEB por uma questão de possibilidades técnicas da época. Seria um anacronismo negativo cobrar dos trabalhos realizados à época o cruzamento de dados realizados atualmente pelo computador. Se este trabalho, totalmente inserido na era digital – afinal, é escrito em um computador, analisando um objeto que foi digitalizado, contando com a internet como uma das fontes de pesquisa –, já encontrou dificuldades no levantamento bibliográfico, necessitando de recortes que delimitassem as pesquisas, é importante dimensionar os alcances técnicos que determinavam sobremaneira a pesquisa.

<sup>3</sup> Em outro artigo, intitulado *Estudos de Periódicos no Brasil: casos IEB e NELIC*, publicado no Boletim de Pesquisa NELIC, v. 10, n. 15, discuto mais detalhadamente as escolhas e as implicações do recorte no arquivo de periódicos do projeto do IEB. Em síntese, afirmo que o projeto poderia chamar-se projeto de pesquisa em periódicos modernistas paulistas e afins, justamente por esse o seu grande enfoque. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1984-784X.2010v10n15p50>>.

<sup>4</sup> Ao falarmos de ilusão, é impossível não lembrar Nietzsche quando o filósofo afirma que “somente graças à sua capacidade de esquecimento é que o homem pode chegar a imaginar que possui uma verdade no grau que nós queremos justamente indicar. Se ele recusa contentar-se com uma verdade na forma de tautologia, quer dizer, como cascas vazias, ele tomará eternamente ilusões por verdades.” *Verdade e Mentira no sentido extramoral*. 2001, p. 7. Tomar ilusões tautológicas por verdades é a armadilha na qual o roteiro do IEB captura o pesquisador.

## REFERÊNCIAS:

ANTELO, Raul. O arquivo e o presente. In: *Gragoatá*, v. 22, Niterói: EdUFF, 2007. p.43-61.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. 95 p.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. *Poéticas Contemporâneas: marcos para uma pesquisa*. In: *Continente Sul Sur*. n. 2, 1996. p. 111-120.

\_\_\_\_\_. Sobre revistas, periódicos e qualis tais. In: *Travessia 40 / Outra Travessia 1*. 2003. p.21-36.

CASTELLO, José Aderaldo. *A pesquisa de periódicos na literatura brasileira*. In: NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: IEB, 1970. p.3-7.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 130 p.

Dicionário Eletrônico HOUAISS, versão 1.0, dezembro de 2001.

DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos: Análise da revista Kosmos (1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983. 334 p.

\_\_\_\_\_. Um suplemento carnudo. In: *Continente Sul Sur*. n. 2, 1996. p.35-45.

ROCCA, Pablo. Por que, Para que uma revista. In: *Boletim de Pesquisa NELIC – Instabilidades e Modernismos*, v. 07, n. 10, 2007, p. 01-22. Trad.: George Luiz França.

TAVARES, Gonçalo M. *Breves notas sobre a ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC: Editora da Casa, 2010. 142 p.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As modernas sensibilidades brasileiras*. Uma leitura das revistas literárias e de humor na Primeira República. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1500.html>>.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 239 p.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 215 p.